



COLLOQUIUM
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE TEOLOGIA
ISSN: 2448-2722

A RESPONSABILIDADE POLÍTICA DO CRISTÃO DE ACORDO COM O NOVO TESTAMENTO*

The Christian's Political Responsibility according to the New Testament

Autor: Charles Ernest Burland Cranfield**

Tradutores:

Francisco Dário de Andrade Bandeira***

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3730720508302134>

Fares Camurça Furtado****

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2562049569156918>

O Novo Testamento (NT) possui uma quantidade muito considerável de material que dá suporte à responsabilidade política do cristão – muito mais, eu penso, do que alguém que ainda não tem se questionado seriamente sobre a matéria muito provavelmente deveria esperar. Portanto, usaremos de sabedoria,

* Um artigo lido à Sheffield Theological Society em 16 de Janeiro de 1961, primeiramente publicado em STJ 15 (1962), pp. 176-192, e reimpresso em C. E. B. Cranfield, *The Service of God*, Londres, 1965, pp. 49-66.

** Os tradutores oferecem dois anexos ao texto do professor Cranfield. O primeiro trata-se de um Esboço que visa auxiliar na leitura e compreensão da abordagem proposta no texto pelo autor. Em seguida, há uma breve indicação de informações pessoais e acadêmicas de C. E. B. Cranfield. Isso busca fornecer uma compreensão do ambiente no qual o estudioso esteve inserido.

*** Formado em Teologia, graduado, mestre e doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Contato: darioband@gmail.com.

**** Médico generalista formado pela Universidade Federal do Amazonas, formado em Teologia (curso livre) pelo Seminário Batista do Cariri, pós-graduando em Apologética Cristã pela Faculdade Batista do Cariri. Coautor do livro *A soberania humana e o livre-arbítrio de Deus*.

se antes de tentarmos extrair o ensino do NT, nós obtivermos uma ideia geral dos vários alcances do material que deveria ser levado em conta.

Esses podem bem ser aproximadamente indicados como seguem:

(i) **Passagens contendo exortações diretas sobre o tema.** Estas são aquelas passagens que primeiro vêm à mente quando o tema [política] é mencionado: Marcos 12:13-17 (= Mateus 22:15-22 = Lucas 20:20-26); Romanos 13:1-7; 1 Timóteo 2:1-7; Tito 3:1-2; 1 Pedro 2:13-17.

(ii) **Passagens que, mesmo não contendo exortação sobre o tema, têm algum tipo de referência ao Estado.** Este alcance do material pode ser subdivido em: **a).** Passagens que lançam luz sobre a atitude de Jesus quanto ao Estado: ex.: Marcos 10:42 (=Mateus 10:25 = Lucas 22:25 – os ditos sobre o domínio dos governantes gentios sobre suas nações); Lucas 13:32 (referência de nosso Senhor a Herodes como “aquela raposa”); Marcos 13:9 (= Mateus 10:18 = Lucas 21:12-13 – a referência ao comparecimento diante de governadores e reis por causa de Cristo); **b).** As narrativas da Paixão; **c).** As narrativas do Nascimento de Jesus; **d).** Passagens que lançam luz quanto à atitude de Paulo para com o Estado: ex.: 1 Coríntios 2:6-8 (a referência aos poderosos desse mundo sendo ignorantes da sabedoria divina que é ensinada por Paulo); 1 Coríntios 6:1-6 (a advertência sobre instaurar um processo contra um irmão diante de um tribunal pagão); Atos 16:19-39 (o relato da prisão de Paulo em Filipos e sua insistência de que os magistrados deveriam vir pessoalmente libertá-lo); e os últimos capítulos de Atos, de 21:31 em diante; **e]** Apocalipse 13 (a passagem sobre a besta do abismo).

(iii) Passagens que, mesmo não se referindo ao Estado e à responsabilidade política do cristão, ainda possuem um importante impacto.

Essas podem ser subdivididas em: **a)**. Passagens que lidam com o domínio do Cristo exaltado; **b)**. Passagens concernentes à Escatologia; **c)**. Passagens que deixam clara a realidade e universalidade do pecado; **d)**. Passagens que nos revelam em nossa parceria com “os irmãos por quem Cristo morreu”; **e)**. Passagens contendo ensinamentos éticos, especialmente aquelas que são concernentes ao amor ao próximo; e talvez nós devêssemos adicionar **f)**. Passagens relativas à Lei.

O resumo acima não é de modo algum exaustivo, mas é suficiente para mostrar que o Novo Testamento não carece de material relevante para nossa temática. Deveria também ser deixado claro que apesar de as passagens mencionadas no tópico **(i)** serem de grande importância para o nosso presente propósito, seria uma tolice extrema tentar construir uma doutrina da responsabilidade política cristã exclusivamente baseada nestes textos. Isto foi tentado no passado algumas vezes, com resultados calamitosos. As passagens do tópico **(i)** certamente serão mal interpretadas, se tomadas isoladamente, sem levar em conta o material indicado pelos tópicos **(ii)** e **(iii)**.

I

A primeira coisa a ser notada sobre o material do NT é que todas as passagens mencionadas no tópico **(i)** em nosso resumo preliminar concordam que o cristão tem uma responsabilidade política que é inescapável, ele tem uma obrigação para com o Estado. Assim, em Marcos 12:13-17, enquanto os fariseus e os herodianos em suas questões usam o verbo simples “dar” (“é lícito dar tributo a César ou não?”), Jesus em Sua resposta usa o verbo composto ἀποδιδόναι (RV: “restituir”), que significa “dar ou devolver algo que é devido a alguém”, deste modo indicando que eles estão debaixo de obrigação a César. Em

Romanos 13:1-7 o sujeito do imperativo ὑποτασσέσθω é Πᾶσα ψυχὴ (“toda alma”, isto é, neste contexto “todo cristão”). Paulo está indicando enfaticamente que não há ninguém na igreja que esteja isento do dever de “estar sujeito a autoridades superiores”. Em 1 Timóteo 2:1-7, orações “em favor de todos os homens; em favor dos reis e de todos os que se acham investidos de autoridade”, são aquelas as quais o escritor exorta (Παρακαλῶ - a palavra regular para exortação cristã que está baseada no Evangelho) “antes de tudo”. A mesma suposição pode ser observada em Tito 3:1-2 e 1 Pedro 2:13-17. Comum a todas estas passagens é a convicção de que todo cristão tem uma obrigação inescapável com relação ao Estado.

II

Em segundo lugar, nós temos que perguntar quais as razões para a responsabilidade política dos cristãos serem indicadas no Novo Testamento, explícita ou implicitamente? Por que, de acordo com o NT, os cristãos têm deveres para com o Estado? Um número de razões pode ser indicado:

(i) Uma vez mais nós começamos com Marcos 12:13-17. É importante aqui lembrar a natureza ocasional do ensino aqui contido. Enquanto os ditos de Jesus que formam o clímax da seção têm uma significância de longo alcance, sua forma é consideravelmente determinada pela questão que tem sido colocada por Ele – por sua referência limitada (não é uma questão geral sobre o dever dos cidadãos quanto ao Estado, mas uma que concerne de forma específica à questão do tributo) e também pelo fato de que não é motivada por um desejo sincero de orientação, mas é uma tentativa deliberada por parte dos inimigos de Nosso Senhor de fazê-lo cair em uma armadilha. Eles sabiam que, se Ele respondesse “Sim” à questão deles, Sua popularidade com as massas viria a zero, enquanto,

se ele respondesse “Não”, eles poderiam denunciá-lo aos romanos. Mas a resposta de Jesus não se trata apenas de uma habilidosa ação evasiva; é também, como a Igreja Primitiva claramente entendeu, uma peça de ensino de significância permanente e geral. Jesus pede aos seus questionadores que lhe mostrem um denário, não porque Ele não soubesse a respeito de sua natureza, mas porque Ele desejava demonstrar a hipocrisia deles e também pelo fato de eles estarem usando as moedas de César é um elemento essencial da situação. Aqueles que estão tendo vantagem nas facilidades providas pelo governo de César estão debaixo de uma obrigação moral para realizar algum pagamento em retorno. Uma razão, então, por que os cristãos têm deveres para com o Estado é que ele é um beneficiário deles.

(ii) Outra razão, mais teológica, é indicada em Romanos 13:1b e c. Verso 1b (“porque não há autoridade que não proceda de Deus” - οὐ γὰρ ἔστιν ἐξουσία εἰ μὴ ὑπὸ θεοῦ) expressa uma verdade já familiar aos judeus (cf. Jeremias 27:5 e ss.; Daniel 2:21; 37 e ss.; 4:17 - cf. 4:25, 32; 5:21; Sabedoria 6:3; 1 Enoque 46:5), a saber, que é Deus quem estabelece (e derruba) governantes, e que ninguém, na verdade, exerce domínio e autoridade a menos que Deus o tenha estabelecido. Verso 1c (“e as autoridades que existem foram por ele instituídas” - αἱ δὲ οὐσαὶ ὑπὸ θεοῦ τεταγμέναι εἰσὶν), seja uma sentença geral ou, talvez mais apropriadamente, uma sentença particular sobre as autoridades atuais com as quais ambos Paulo e a Igreja em Roma tinham que lidar, a saber, o Imperador romano e os seus representantes, é um corolário do verso 1b. O verso 2 extrai as implicações do verso 1b. Falhar em se submeter (ἀντιτάσσεται) à autoridade é rebelião contra a ordenança de Deus e, como tal, não ficará impune diante de Deus.

(iii) Uma terceira razão é indicada em Romanos 13:3 e ss. (“Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto

que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal”). Eu tenho argumentado em outro lugar¹ que Paulo nestes versos não está apenas pensando em suas próprias boas experiências nas mãos do governo imperial, tampouco falando idealmente, mas significa que, consciente ou inconscientemente, desejando ou a contragosto, a autoridade certamente aprovará o bom trabalho e punirá o mau, porque ela é, quer saiba ou não, quer deseje ou não, ministro de Deus, nomeado por Deus para todo propósito de ajudar cristãos quanto à salvação e punir aqueles que fazem o mal.

(iv) 1 Timóteo 2:1-7 indica uma razão, que em alguma extensão se sobrepõe, mas não é idêntico, ao que foi dado em Romanos 13:3-4, que nós já consideramos. O cristão deve orar por essas autoridades, a fim de que “tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade. Porque”, esta passagem continua, “isto é bom e agradável diante de Deus nosso Salvador, que quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade. Porque há um só Deus, e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem, o qual se deu a si mesmo em preço de redenção por todos...”. Está implícito que Deus deseja o Estado como um meio para promover paz e tranquilidade entre os homens, e que Deus deseja tal paz e tranquilidade porque eles são de algum modo propícios à salvação do homem. É propósito de Deus que o Estado deveria, ao restringir tendências caóticas da autoafirmação dos homens, manter aquelas condições externas sob as quais o Evangelho poderia ser pregado a toda gente sem obstáculos. Assim, o Estado é uma provisão da paciência de Deus, o qual deseja dar a todos os homens a oportunidade de se arrependerem e serem salvos; e nós temos que servir ao Estado para o bem da

¹ “Algumas observações em Rom 13.1-7”, em NTS 6 (1959-60), pp. 176-192.

salvação eterna dos homens. Nosso cumprimento de nossa responsabilidade política é, portanto, uma parte necessária de nosso cumprimento da nossa responsabilidade evangelística.

(v) Uma quinta razão pode ser inferida do fato de que Romanos 13:1-7 é parte de uma exortação que começa em 12:1. A sujeição dos cristãos romanos aos poderosos é parte do “culto racional” ou “adoração em compreensão” (λογικὴν λατρείαν) que eles oferecem a Deus em gratidão por tudo o que Ele tem feito, está fazendo, e fará, por eles em Jesus Cristo.

(vi) O contexto de Romanos 13:1-7 sugere uma razão adicional. Esta passagem é ao mesmo tempo precedida e seguida de exortações para amar (12.9 e ss. e 13:8-10), e isto não é um pedregulho errático neste contexto. Uma vez que o Estado serve a ambos: o bem temporal ordinário de nossos parceiros e sua salvação eterna, o serviço correto do Estado é uma parte integral de nossa dívida de amor para com os nossos próximos.

(vii) Finalmente, o fato de que não apenas a autoridade sobre a Igreja, mas “toda a autoridade... no céu e na terra” tem sido dada ao Cristo Exaltado (Mateus 28:18) e que Ele é o “Soberano dos reis da terra” (Apocalipse 1:5), o “Senhor dos senhores e Rei dos reis” (Apocalipse 17:14; cf. 19:16), é uma razão convincente porque os cristãos deveriam enxergar o Estado e as responsabilidades que têm para e pelo Estado com a maior seriedade. Ele sabe que isto é um instrumento do domínio real de Cristo.

III

Em terceiro lugar, nós devemos tratar do conteúdo da responsabilidade política dos cristãos. O que, de acordo com o Novo Testamento, faz o cristão ser

devedor ao Estado? Qual é o conteúdo da sujeição ordenada em Romanos 13:1; Tito 3:1; 1 Pedro 2:13 e ss.?

É frequentemente assumido que ὑποτάσσεσθαι nestas passagens significa simplesmente “obedecer”. Foi desta forma que Sanday e Headlam intitularam a seção Romanos 13:1-7 “Sobre a obediência aos governantes”, e estabeleceram em seu sumário introdutório que: “O poder civil... deve ser obedecido. Obediência a ele é um dever cristão...”; e, mais recentemente, o professor Barrett em seu comentário tem usado a frase “obediência aos magistrados”. Mas, como eu tentei mostrar no artigo ao qual eu já havia me referido, ὑποτάσσεσθαι nem sempre significa “obedecer”. Este significado é excluído em Efésios 5:21; posto que, nesta passagem, a palavra é usada para uma obrigação recíproca (“sujeitando-vos uns aos outros no temor de Cristo”), e obediência não pode ser recíproca. Aqui, a expressão parecia denotar um reconhecimento de que os irmãos da comunidade têm, como representantes de Cristo uns para com os outros, uma vindicação infinitamente maior do que para consigo mesmos, e o comportamento que flui a partir deste reconhecimento. Nós devemos comparar as expressões “preferindo-vos em honra uns aos outros” em Romanos 12:10 e “considerando cada um os outros superiores a si mesmo” em Filipenses 2:3. Portanto, não é ilógico manter a ideia de que em Romanos 13:1, Tito 3:1 e 1 Pedro 2:13 e ss., a palavra ὑποτάσσεσθαι denota não uma obediência acrítica a todas as ordenanças das autoridades, mas o reconhecimento de que alguém tem sido colocado debaixo da autoridade de Deus e que, como servo de Deus e instrumento do domínio real de Cristo, tem uma obrigação maior nisto do que qualquer outra questão pessoal, e tal conduta responsável com relação à autoridade é resultado deste reconhecimento.

A legitimidade desta interpretação alcançada por meio de um inquérito filológico é comprovada pelo fato de que o NT contém um considerável amontoado de material que claramente implica que um cristão não deve a um

governo civil uma obediência inquestionável. Nós podemos pensar de Marcos 12:17, onde as palavras de Jesus “e a Deus as coisas que são de Deus” indicam plenamente que existem limites para o que é devido a César. Nós podemos pensar também acerca dos muitos outros materiais mencionados nas categorias (ii) e (iii) em nosso resumo preliminar. Por exemplo, a referência de nosso Senhor dirigindo-se a Herodes Antipas como “esta raposa” (Lucas 13:32) dificilmente sugere que Sua atitude para com o seu governante legal foi uma obediência inquestionável e acrítica; e, de acordo com Atos 16:35 e ss., o próprio Paulo não se submete mansamente ao pedido dos magistrados de Filipos, mas ao invés disto procurou lembrar-lhes, em bom senso, de sua verdadeira dignidade própria ao insistir que eles deveriam vir pessoalmente libertar tanto a ele quanto a Silas. É dificilmente necessário mencionar Apocalipse 13 e 14, onde certamente não está implicado que cristãos deveriam docilmente adorar a besta ou receber a marca do seu nome. Assim, sempre que as ordens dos governantes civis entram em conflito com os mandamentos de Deus, o cristão “deve obedecer antes a Deus do que a homens” (Atos 5:29). Isto está pressuposto em qualquer lugar do Novo Testamento. Em vista do material do NT nós podemos dizer genericamente que a sujeição às autoridades que é exigida, conquanto frequentemente inclua obediência, nunca será simplesmente obediência e nada mais, nunca é obediência acrítica ou inquestionável, e em algumas circunstâncias não implicará em obediência alguma. Tendo lidado com a falácia comum de que São Paulo ordenou obediência aos magistrados *simpliciter* (um mal entendido que tem atingido muitos expoentes e com resultados frequentemente calamitosos, os quais nunca deveriam ter surgido, se os cristãos tivessem resistido à tentação de expor uma passagem particular do NT independentemente das restantes), nós devemos agora tentar descobrir quais elementos são (de acordo com o NT) compreendidos na sujeição ou ὑποτάσσεσθαι que os cristãos devem aos poderes existentes.

Nós listamos, primeiramente, seis coisas que os cristãos devem aos poderes existentes em circunstâncias que na verdade foram previstas pelos escritores do Novo Testamento, que viveram em um Estado autoritário. Todas essas coisas são igualmente obrigatórias para os cidadãos cristãos das democracias modernas.

(i) Respeito (τιμῆ). Assim, Romanos 13:7 ordena “pagai a todos o que lhe é devido: ... a quem hora, honra”; e 1 Pedro 2:17, “Honrai o rei”. Respeitar os governantes e seus vários agentes significa tomá-los muito a sério – usualmente muito mais a sério do que eles levavam a si mesmos – como ministros (διάκονός, λειτουργοὶ - Romanos 13:4,6) de Deus, como homens que têm sido ordenados por Deus (Romanos 13:1) e são responsáveis diante Dele por conta da confiança solene por meio da qual Ele os tem comissionado e, portanto, têm uma alta e reverenciada dignidade. Frequentemente significará tratar com plena seriedade para o bem do seu próprio ofício homens por quem eles próprios têm pouca ou nenhuma compreensão da verdadeira dignidade de seu ofício e que em si mesmos são desprezíveis. Mas certamente não significa lisonja ou “respeito de pessoas”; na verdade, estes são incompatíveis com respeito adequado. Não é proibido a alguém vindicar quaisquer que sejam seus direitos legais, mesmo aqueles que estão em contrariedade ao governo. Paulo não estava mostrando desrespeito aos magistrados de Filipos, mas pelo contrário estava concedendo a eles verdadeiro respeito, quando ele insistiu em seus direitos legais e deste modo os convocou em bom senso, visando a própria dignidade deles (Atos 16:35 e ss.). E, quando os governantes ou seus agentes se comportam indignamente e cometem injustiças, respeitar envolverá, para aqueles cujas posições fazem isto possível, repreender os administradores. Nós podemos citar a repreensão de João Batista a Herodes (Marcos 6:18; Lucas 3:19). A respeito desta passagem Calvino comentou: “portanto nós aprendemos qual fortaleza inamovível os servos de

Deus deveriam ser armados quando eles têm de lidar com príncipes, tendo sido acostumados a esta suave linguagem, não tolerando nenhuma voz que reprova seus vícios com alguma severidade” e “João tem, assim, um belo exemplo e sem dúvida serve de regra para professores piedosos, não tremular diante da falta de seus príncipes; isto seria vantajoso, independente de quem seja o governante, para o interesse público”.

(ii) Obediência não envolve desobedecer a Deus. Ao passo que é de suma importância compreender que ὑποτάσσεσθαι não significa simplesmente “obedecer” e em algumas circunstâncias não envolverá obediência alguma, ao mesmo tempo, certamente é verdade que ὑποτάσσεσθαι usualmente envolverá obediência. Em Tito 3:1 as palavras “se sujeitem aos que governam, às autoridades” são seguidas por “sejam obedientes” (πειθαρχεῖν). O cristão tem a obrigação de obedecer ao governante do Estado onde ele é cidadão, seus vários agentes, e as leis do Estado devidamente promulgadas, na medida em que a obediência não conflita com obediência a Deus.

(iii) Uma desobediência séria e responsável, sempre que obediência envolve desobedecer a Deus. Nós devemos nos reportar a Atos 4:19 e ss. (“Mas Pedro e João lhes responderam [isto é, ao Sinédrio], julgai se é justo diante de Deus ouvir-vos antes a vós outros do que a Deus; pois nós não podemos deixar de falar das coisas que vimos e ouvimos”) e 5:29 (“Então, Pedro e os demais apóstolos afirmaram: Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens.”).

(iv) Pagamento de impostos. O texto básico aqui é, certamente, Marcos 12:13-17 (= Mateus 22:15-22 = Lucas 20:20-26) (A questão acerca do tributo dado a César). Compare com Romanos 13:6 e ss. (“Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem

tributo, tributo; a quem imposto, imposto...”). O cristão está debaixo da obrigação de pagar o que deve ao Estado, porque, como um beneficiário deste ele deve algum pagamento em retorno pela proteção e facilidades que lhes são providas, e porque nenhum Estado pode funcionar sem recursos, e, portanto, uma recusa fundamental quanto a pagar impostos deveria ser um fundamental “Não” ao Estado como tal. Nós não excluimos a possibilidade de que, em certas circunstâncias, poderia ser correto se recusar a pagar um imposto particular.

(v). Oração por quem tem autoridade. Assim, 1Tm 2:1ss: "Exorto, pois, em primeiro lugar, que todos façam súplicas, orações, intercessões, ações de graças por todos os homens, pelos reis e por todos os que exercem autoridade, para que tenhamos uma vida tranquila e sossegada, em toda piedade e respeito. Isto é bom e aceitável diante de Deus, nosso Salvador, que deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade". Esta oração, fervorosa, perseverante e fiel, pela autoridade civil é parte essencial da dívida que o cristão lhe deve, seja cristão ou pagão, religiosamente indiferente ou antirreligioso, justo ou injusto.

(vi) Testemunhar a Cristo. Uma parte essencial da dívida do cristão para com os poderes constituídos é que ele não deve deixar de dar testemunho de Cristo em palavras e atos e de desempenhar sua parte no testemunho corporativo da Igreja dentro do Estado do qual ele é um cidadão, um testemunho que deve ser embasado pela pregação e pelo sacramento, pela ordem e vida comum da Igreja e pelo serviço à comunidade. Muitas vezes, esse testemunho acarretará sofrimento e, às vezes, morte. "Vede vós mesmos", diz Jesus, "porque eles vos submeterão aos conselhos [de autoridades]; e nas sinagogas sereis espancados; e perante governadores e reis estareis por minha causa, para lhes servir de testemunho" (Mc 13: 9). Este é, de fato, o serviço mais essencial que o cristão deve ao governo e aos seus agentes; pois por meio disso ele atesta sua

real dignidade como ministros de Deus, servos do governo real de Cristo, os limites de sua autoridade e também a promessa sob a qual se encontram. Agora, eu penso, que listamos todos os elementos da sujeição do cristão aos poderes constituídos, que são realmente indicados no Novo Testamento. **Mas os escritores do NT enfrentaram um Estado autoritário, no qual não havia dúvida de que o cidadão comum compartilhava a responsabilidade no governo. Temos, portanto, de traduzir o que eles dizem em termos de nossa ordem política diferente, se quisermos aplicá-la a nós mesmos, sem sérias distorções.** É claro pelo que foi exposto acima que, de acordo com o NT, o cristão que vive sob um sistema autoritário tem a obrigação de fazer o que puder para a manutenção do Estado como um Estado justo. Portanto, é certamente um verdadeiro extrato do ensino do NT afirmar que o adicional que o cristão que vive em uma democracia pode fazer para a manutenção do Estado como um estado justo é obrigatório para ele, em uma parte essencial de sua adequada sujeição aos poderes constituídos, e que deixar de render essa cooperação adicional seria resistir ao poder e, portanto, ser culpado de rebelião contra a ordenança de Deus (Rm.13: 2) tanto quanto deixar de cumprir as obrigações **(i)** de **(iv)** acima seria.

Então, nós vamos listar quatro obrigações adicionais que são elementos necessários da sujeição cristã em um Estado democrático.

(vii) Participação responsável nas eleições parlamentares e municipais, no temor de Cristo e no amor ao próximo. Em circunstâncias normais, deixar de registrar seu voto é abandonar sua parcela de responsabilidade pela manutenção do Estado como um estado justo e, portanto, uma negligência de seu dever como cristão. Devemos, no entanto, admitir a responsabilidade de circunstâncias

excepcionais que surjam, em que a única possibilidade aberta a um cristão seja a de abster-se de votar.

(viii) Uma tentativa séria e sustentada de se manter o mais completa e confiavelmente possível informado sobre as questões políticas - uma vez que o voto responsável no temor de Cristo e no amor ao próximo só é possível com base em um conhecimento adequado. Isso naturalmente envolve uma leitura diligente dos jornais, e a menos que vamos ler todos os jornais disponíveis, será importante escolher pelo menos aqueles que vamos ler por sua confiabilidade e não por razões menos importantes. Aqui as obrigações variam de acordo com a capacidade intelectual e educação do cristão em particular. Sobre aqueles que sabem que Deus lhes deu uma capacidade intelectual acima da média e que tiveram a vantagem de uma boa educação, cabe uma responsabilidade especial neste assunto. Eles podem se sentir obrigados a ir mais longe do que o jornal e ler livros de informações básicas e coisas como relatórios de comissões reais².

(ix) Críticas ao governo, suas políticas e seus agentes, à luz do evangelho e da Lei de Deus. Vimos que mesmo em um Estado autoritário o cristão nunca deve ao governo uma obediência acrítica e inquestionável. Em uma democracia, onde a cooperação ativa do cidadão é necessária e o alcance da crítica é muito maior, o cristão deve ao governo no poder uma crítica contínua à luz da Palavra de Deus. Mas, para cumprir tais obrigações, ele precisará não apenas do conhecimento mencionado em **(viii)** acima, mas também de um conhecimento real da Sagrada Escritura. Ele não será capaz de prestar ao governo a cooperação crítica que deve, a menos que seja um cristão maduro que esteja sempre se esforçando para ouvir a Palavra de Deus.

² O autor escreve a partir da experiência da monarquia do Reino Unido / Inglaterra. [Nota de Tradução].

(x) Algo que se sobrepõe **(ix)** até certo ponto, mas não é idêntico a ele - um esforço incessante e incansável para apoiar políticas justas e humanas e para se opor aquelas políticas e decisões particulares que são injustas ou desumanas, ajudando a construir uma opinião pública esclarecida e nas várias outras formas (para além do voto nas eleições) que são constitucionalmente abertas para alguém. Os métodos a serem adotados variam de acordo com a situação e as próprias circunstâncias pessoais. As possibilidades óbvias, tais como conversas pessoais, escrever cartas ao deputado, aos ministros do gabinete e à imprensa, ingressar em um partido político (ou renunciar a um), participar de eleições, organizar ou participar de reuniões de massa e manifestações. Neste ponto, acho que é provavelmente correto listar como um elemento distinto do serviço cristão ao Estado, seja sob um serviço autoritário ou democrático, algo que, embora não seja explicitamente mencionado no NT como parte da obrigação do cristão para com os poderes, é muito óbvio, já foi insinuado várias vezes no artigo, e pode ser dito ser principal serviço devido pelo cristão ao Estado, o serviço sobre o qual o exercício fiel de todos os outros serviços dependem, em outras palavras:

(xi) Um esforço contínuo para ser um cristão maduro, tão transformado pela renovação da mente a ponto de ser capaz de "provar qual é a boa, aceitável e perfeita vontade de Deus". O primeiro e fundamental serviço que o cristão deve ao governo e seus agentes é que ele mesmo seja "rápido para ouvir" a Palavra de Deus, mantendo-se continuamente engajado na conversação com Senhor da Igreja por meio da palavra escrita da Bíblia.

Devemos agora mencionar dois possíveis elementos adicionais da sujeição devida pelo cristão, ambos altamente controversos. Cada um deles exigiria muito mais do que um artigo inteiro para uma discussão adequada. Tudo o que devo fazer é indicar tão brevemente quanto possível minha própria opinião provisória.

(xii) Prontidão, em certas circunstâncias e dentro de certos limites, para unir ações ao comando [militar] do governo. O Novo Testamento em nenhum lugar dá uma resposta direta à pergunta que tem atormentado tantos nos últimos anos: "Deve um cristão se recusar a participar de uma ação militar?" Isso não é realmente surpreendente, pois no primeiro século d.C. os judeus estavam isentos do serviço militar, e as autoridades romanas, embora tivessem o direito de recrutar homens não judeus, raramente precisavam fazê-lo, havendo geralmente um suprimento adequado de voluntários. Temos, portanto, que tentar descobrir qual resposta está implícita, e isso é notoriamente difícil. Para expressar abertamente minha opinião - parece-me, tanto quanto posso ver no momento, que o fato de o NT afirmar claramente o Estado como uma provisão divina para o homem implica que sua resposta não pode ser absoluta "Não"; pois um "Não" absoluto neste momento é certamente um "Não" à instituição do Estado como tal nas circunstâncias deste mundo como o conhecemos. O próprio Paulo parece em Romanos 13:4 estar assumindo que estar em posição de usar a força é parte integrante do funcionamento do Estado. Mas eu certamente não acho que haja qualquer base no Novo Testamento para a noção, comum na Igreja pós-constantiniana, de que a guerra é uma atividade normal de um Estado que deve ser aceita com bastante complacência, ou para a suposição do trigésimo sétimo artigo da Igreja da Inglaterra³ que o simples fato de o governo ter decidido fazer a guerra é por si só suficiente para tornar lícito ao cristão lutar e matar. Parece-me muito claro que o cristão tem a obrigação de se recusar a participar da ação militar, se estiver convencido de que está sendo empregado de outra forma que não em último recurso, ou de que é empregado em causa injusta. Eu também deveria dizer que acredito que existem alguns tipos de ação militar bastante

³ Certamente o autor tem em mente os artigos da religião (trinta e nove artigos), de 1571 da Igreja Anglicana. [Nota de Tradução].

claros e definíveis em que um cristão não deve, em circunstância alguma, estar disposto a participar.⁴

(xiii) Prontidão, em certas circunstâncias extremas, para se engajar em uma rebelião armada a fim de derrubar um governo que é intoleravelmente injusto e substituí-lo⁵. Aqui, novamente, o NT não nos dá orientação direta. Nem a atitude de nosso Senhor para com os Zelotes, nem Romanos 13:2 resolvem o assunto. Não se segue do fato de que nosso Senhor se opôs aos Zelotes que Ele necessariamente teria desconsiderado por princípio a rebelião em todas as circunstâncias concebíveis. É bastante fácil pensar em razões muito boas para desaprovar os Zelotes, independentemente de qualquer rebelião de desaprovação por princípio. Por um lado, o governo romano certamente não era tão injusto em geral a ponto de justificar a rebelião; por outro, os Zelotes não estavam meramente pensando em estabelecer um Estado mais justo, mas realmente pensando em estabelecer o reino de Deus; e, em terceiro lugar, era óbvio para os que enxergavam longe que a revolta seria inútil. Em relação a Romanos 13:2, deveríamos perguntar se não é possível que um governo seja tão injusto e tão cheio de desordem que deixe de ter qualquer pretensão de ser considerado uma "autoridade". (ἐξουσία, - RV: "poder") no sentido de Romanos 13:1 e 2, e se um respeito verdadeiro e sério pela ordenança de Deus não pode, em tais circunstâncias extremas, realmente implicar a prontidão para usar a força para derrubar um governo que se tornou o oposto direto do que um governo deveria ser. Para mim, não posso desaprovar aqueles cristãos na Alemanha que estiveram envolvidos no atentado contra a vida de Hitler em julho de 1944, e

4 Veja K. Barth Dogmática Eclesiástica, III/4, §55, 2, para um exemplo de discussão extremamente valiosa sobre a questão da guerra, pacifismo, etc. (No ano de 1983, fui obrigado a declarar minha convicção de que o uso de armas nucleares, seja em um primeiro ataque ou em retaliação, é, uma vez que seria necessariamente totalmente indiscriminado, algo que um cristão não deve de forma alguma estar disposto a apoiar.)

5 Vale lembrar que C. E. B. Cranfield testemunhou pessoalmente os horrores das guerras mundias do século XX. [Nota de Tradução].

estou inclinado a pensar que o cristão estaria falhando em levar seu governo absolutamente a sério - e, portanto, falhando em torná-lo a sujeição que o NT recomenda – se, em último recurso, ele não estivesse pronto para usar a força contra ele, caso esse governo degenerasse em mera tirania⁶

IV

Em quarto lugar, perguntamos: Que orientação o Novo Testamento oferece em relação ao espírito, o estado de espírito, no qual o cristão deve tentar cumprir sua responsabilidade política? Parece-me que há pelo menos três coisas a serem ditas aqui.

(i) O cristão deve, de acordo com o NT, procurar cumprir sua responsabilidade política com toda a seriedade e diligência, como uma obrigação que lhe foi imposta por Deus e, portanto, inescapável, como uma necessidade de sua obediência a Jesus Cristo, de sua dívida de amor ao próximo, de sua responsabilidade evangelística, parte necessária daquele culto inteligente que deve a Deus em gratidão por Sua misericórdia e bondade em Jesus Cristo - aliás, por todas as coisas listadas em II acima. Seu direito de pensar nisso como um adicional opcional, no qual ele pode ou não ter interesse de acordo com seu temperamento e inclinação pessoal, é negado de maneira mais decisiva e enfática.

(ii) **Deve procurar cumpri-la com sobriedade e realismo.** Sob esse título há muito a ser dito; mas só temos tempo para mencionar alguns pontos.

a- O ensino escatológico do NT deixa claro a natureza temporária do Estado, e assim adverte contra toda a absolutização dele.

⁶ Sobre o assunto da rebelião armada, veja, além da seção da Dogmática da Igreja acima, K. Barth, *O conhecimento de Deus e o serviço de Deus*, Londres, 1938, pp.229-232.

b- O ensino escatológico do Novo Testamento deixa claro que não podemos estabelecer o reino de Deus por nossas ações políticas (ou, aliás, por nossas ações eclesiais), e assim proíbe o "zelotismo", com suas tendências inerentes ao fanatismo e crueldade.

c- A revelação do NT da cruel realidade do pecado, do fato de que todos os seres humanos sem exceção são pecadores, e que mesmo o cristão permanece pecador até a morte, abre o caminho para a apreensão realista da situação humana com a qual a política tem que lidar. Temos um exemplo de tal realismo apropriado nas palavras de nosso Senhor registradas em Mc 10:42 "Sabeis que os que julgam ser príncipes dos gentios, deles se assenhoreiam ["os dominam" - NAA], e os seus grandes usam de autoridade sobre eles." A Versão Revisada, infelizmente, oculta o fato de que as duas palavras gregas compostas com *kata* que são usadas aqui (RV "dominar" e "exercer autoridade sobre"), denotam o exercício do senhorio e autoridade sobre as pessoas para a própria vantagem e desvantagem de cada um, ou seja, a exploração daqueles sobre quem se tem poder. O cristão deve, à luz do NT, considerar constantemente o fato de que cada membro do governo, cada funcionário, cada membro do eleitorado, em seu próprio país como em outros países, é um pecador. Se o fizer, estará sempre muito consciente da necessidade de salvaguardas destinadas a limitar ao máximo o abuso de poder, a necessidade de examinar com muito cuidado as reivindicações e promessas dos políticos, a necessidade de olhar para além de todos os slogans altissonantes para ver até que ponto são apenas uma máscara disfarçando propósitos egoístas; e ele não fará parte de nenhuma política que envolva entregar a qualquer parte de uma comunidade o poder absoluto sobre as vidas e os destinos de outra porção da comunidade.

d- Tanto na Escatologia do NT quanto no NT, a insistência no fato da pecaminosidade humana nos leva a perceber que há limites para o que podemos alcançar na esfera da política e que, portanto, objetivos limitados não devem ser

desprezados. Muitas vezes, a única escolha aberta aos cristãos em determinadas situações será uma escolha entre males; mas ele perceberá que não é indiferente que aconteça o maior ou o menor mal possível, e que ajudar a causar o maior mal, recusando, por um perfeccionismo equivocado, escolher o mal menor é, certamente ser culpado de negligência do dever. O cristão deve estar ciente do perigo de estar tão preocupado com a busca do inatingível que não consegue alcançar os objetivos limitados que estão ao seu alcance. O realismo cristão deve nos permitir ver que, embora não nos seja dado estabelecer uma sociedade perfeita no curso da história, construir em nosso tempo uma sociedade que contenha tal medida de justiça e compaixão que possa torná-la, apesar de todas as imperfeições e fragilidades humanas, um indicador reconhecível para a justiça e compaixão de Deus, não está além dos limites da possibilidade, e é uma meta digna de nossos esforços incansáveis.

e- Incluídos nesta sobriedade e realismo estão: o reconhecimento de que o propósito do governo civil e do Estado na intenção de Deus é um propósito de misericórdia para com os homens (1Tm 2,1ss), ou seja, para com homens, mulheres e crianças individualmente; o reconhecimento de que cada ser humano, não só do nosso país, mas também de todo o mundo é um irmão por quem Cristo morreu (Rm 14:15, 1Co 8:11, 1Tm 2:6), e portanto alguém de inestimável valor; o reconhecimento de que em cada um dos miseráveis e necessitados, onde quer que estejam, o Cristo exaltado é apresentado para ser honrado ou negligenciado (Mt 25:40,45). Mantendo firme esta confiança, os cristãos não poderão esquecer que o Estado existe para os seres humanos e não eles para o bem do Estado, e ele [o Estado] possuirá neles [nos seres humanos] um padrão pelo qual medir políticas e legislação. Ele saberá que deve em todos os momentos e em todas as circunstâncias obedecer lealmente ao princípio de que as pessoas são infinitamente mais preciosas que as propriedades. Ele se deixará, por exemplo, guiar-se por esse princípio, quando tiver que pesar a importância relativa de

várias questões em várias eleições. Ele estará mais preocupado que os famintos e subnutridos em todo o mundo tenham comida suficiente do que seus próprios compatriotas tenham cada vez mais inimigos; mais preocupado que as liberdades pessoais e a dignidade daqueles que não podem se defender sejam protegidas do que a taxa do imposto seja reduzida. Ele se sentirá obrigado a colocar seu esforço ao lado de políticas nacionais generosas e altruístas e, nos assuntos domésticos, a ter um interesse especial pelos desprivilegiados, os desajustados e os cães mancos da sociedade. Ele saberá que a vida humana deve ser sempre reverenciada. Em tempo de guerra ele nunca esquecerá que nem a vida do inimigo é barata.

(iii) - O cristão deve cumprir a sua responsabilidade política com confiança e esperança.

(a) Ele sabe que o Estado e a autoridade civil são ordenanças de Deus, que Deus os ordenou para um propósito misericordioso, e que Aquele que os ordenou não perdeu o controle sobre eles. Ele sabe que os governos são ministros de Deus, que não podem deixar de servi-Lo e promover Seus propósitos graciosos, seja consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, direta ou indiretamente. Ele está continuamente sendo lembrado de uma importância especialmente luminosa, única em seu significado, aquela de Pôncio Pilatos, por meio de quem, servo indigno e involuntário que ele era, a vontade de Deus para a redenção da humanidade foi realizada. **(b)** O cristão sabe que ao passar da esfera eclesiástica para a política ele não está passando do domínio de Cristo para o domínio de outro senhor, e que os assuntos políticos não menos que a vida da igreja, estão dentro do domínio de Cristo. Ele sabe que o mesmo Senhor que é confessado e reconhecido pela Igreja, é também o Senhor do mundo, embora ainda não seja conhecido como tal por ele. Ele sabe que este Senhor já é "o governante dos reis da terra" (Ap. 1:5), o "Senhor dos senhores, e Rei dos reis" (Ap. 17:14, 19:16), a quem "toda autoridade foi dada...

no céu e na terra" (Mt 28:18), e que os governos das nações são os servos de Seu governo real. Como, então, ele pode fazer outra coisa senão cumprir sua responsabilidade política com confiança e esperança? **(c)** O cristão sabe também que o fim para o qual a história se dirige é a vinda em glória de Jesus Cristo, a manifestação decisiva e inequívoca do reino de Deus, o estabelecimento da nova ordem de Deus. Nesse caso, ele vê não apenas a limitação final, mas também a promessa final sob a qual os estados e governos da história se sustentam; pois ele sabe que chegará o tempo em que se poderá dizer: "O reino do mundo tornou-se o reino de nosso Senhor e do seu Cristo". (Ap.11:5) e quando finalmente "as nações andarem no meio da luz" da "Nova Jerusalém", "e os reis da terra... trarão a sua glória para ela." (Ap.21:24).

ANEXO 1

ESBOÇO DO TEXTO

A RESPONSABILIDADE POLÍTICA DO CRISTÃO DE ACORDO COM O NOVO TESTAMENTO

- i – Passagens Contendo informações diretas sobre o tema
- ii – Passagens que, mesmo não contendo exortação sobre o tema, têm algum tipo de referência ao Estado
- iii – Passagens que, mesmo não se referindo ao Estado e a responsabilidade política do cristão, ainda possuem um importante impacto.

I

O cristão tem uma responsabilidade política que é inescapável em relação ao Estado

(Mc 12:13-17; Rm 13:1-7; 1Tm 2:1-7; Tito 3:1-2; 1 Pe 2:13-17)

II

Quais as razões da indicação dessa responsabilidade política?

- i- O cristão é um beneficiário do Estado
- ii- Deus é quem estabelece e derruba governantes
- iii- Autoridades não são para temor quando se faz o bem
- iv- O cristão deve orar pelas autoridades
- v- A sujeição cristã às autoridades é parte do "culto racional" ou "adoração racional" a Deus
- vi- Servir ao Estado é parte da dívida de amor ao próximo
- vii- O cristão sabe que o Estado é um instrumento do domínio real de Cristo

III

Qual o conteúdo da responsabilidade política dos cristãos?

- i – Respeito
- ii – Obediência ao Estado não envolve desobedecer a Deus
- iii – Uma desobediência séria e responsável, sempre que a obediência envolve desobedecer a Deus

- iv – Pagamento de impostos
- v- Orar pelas autoridades
- vi – Testemunhar sobre Cristo
- vii – Participação responsável nas eleições... no temor de Cristo e amor ao próximo
- viii – Uma tentativa séria e sustentada de se manter completa e confiavelmente informado sobre as questões políticas
- ix – Críticas ao governo, suas políticas e seus agentes, à luz do evangelho e da lei de Deus
- x- Esforço incessante e incansável para apoiar políticas justas e humanas, opondo-se aquilo que nega tais valores e aspectos
- xi – Esforço contínuo para ser um cristão maduro
- xii – Prontidão, sob certas circunstâncias e dentro de limites, para servir ao comando (bélico, militar) do governo
- xiii – Prontidão em certas circunstâncias extremas, para se engajar contra um governo intoleravelmente injusto

IV

Qual o estado de espírito no qual o cristão deve tentar cumprir sua responsabilidade política?

- i- Com toda seriedade e diligência
- ii- Sobriedade e realismo
 - a- A natureza temporária do Estado
 - b- Não podemos estabelecer o reino de Deus por nossas ações políticas
 - c- Entender os limites impostos pela cruel realidade do pecado

- d- Os limites e possibilidades do que podemos alcançar na esfera política
 - e- O propósito do governo civil e do Estado é de misericórdia para com os seres humanos
- iii- **Confiança e esperança**
- a- Deus está presente e agindo em todos os estágios da relação entre o cristão e o Estado
 - b- Tanto a esfera eclesiástica quanto a política estão dentro do domínio de Cristo
 - c- A história se dirige para a vinda em glória do Senhor Jesus Cristo

ANEXO 2

ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE CHARLES ERNEST BURLAND CRANFIELD (1915 -2015)

Charles E. B. Cranfield estará para sempre associado ao departamento de Teologia da Universidade de Durham, no Reino Unido, onde lecionou por trinta anos (1950-1980). Cranfield é conhecido no Brasil por seu famoso Comentário de Romanos em dois volumes, que integram a série mundialmente conhecida como *International Critical Commentary* (ICC, com 52 volumes), série da qual também foi editor. Essa obra veio a ser concluída em plena emergência da Nova Perspectiva sobre Paulo, especialmente sob a influência de E. P. Sanders (1977). Os trabalhos de Cranfield a partir da década de 1990 mostram que ele participou

dos debates sobre a NPP. Autor longevo (1915-2015), experiente, meticuloso e prolífico, Cranfield absorveu intensamente – mas não acriticamente – a teologia de Karl Barth. Ordenado na igreja Metodista (1941), veio a mover-se para a igreja Presbiteriana da Inglaterra, a qual veio a ser a igreja Reformada Unida (1954). N. T. Wright atribui tal mudança a uma profunda guinada de convicção teológica.

De acordo com o professor James D. G. Dunn, “Charles Cranfield era conhecido em Durham por sua profunda preocupação em sondar o âmago do texto e sua atenção cuidadosa a todos os detalhes relevantes poderia testar a paciência dos menos estudiosos. Mas nunca houve dúvida de que alguém estava na presença de um homem que se preocupava profundamente com o conteúdo real e o significado pessoal do texto e com a importância de uma erudição exata e clara sobre ele. Estas são qualidades que brilham em seu trabalho publicado. Ele não estava preocupado com posição e distinção, mas foi silenciosamente conduzido a isso pelo reconhecimento incorporado na promoção a uma cadeira na Senior Lectureship and Readership, pela concessão de um Doctor Divinity pela Universidade de Aberdeen (1980), e pelo convite para se tornar Fellow da British Academy (FBA, 1982) e pela atribuição da Medalha Burkitt da Academia (1989).”

O estudioso N. T. Wright testemunhou o seguinte: “Minha própria gratidão pessoal a Cranfield data de uma noite no início da década de 1970, quando eu estava lendo outros escritores sobre *“Paul and the Law”*, e me senti cada vez mais desconfortável com a ideia, popular na época, de que Paulo tinha visto a Lei Mosaica como uma coisa ruim agora felizmente abolida pelo evangelho. (Isso ocorreu, é claro, com o liberalismo das décadas de 1960 e 1970, quando a restrição moral estava sendo rejeitada como obsoleta e antiquada). A rejeição da lei e uma oposição fácil entre “lei” e “evangelho” era a ordem do dia, e eu estava tendo dificuldade em combatê-la. Nesse ponto, me deparei com o ensaio de Cranfield sobre *“Paul and the Law”*, publicado anteriormente, e posteriormente

incorporado ao longo ensaio sobre teologia paulina no final do segundo volume do seu comentário de Romanos. Acho que foi a primeira vez que me ajoelhei espontaneamente e agradei a Deus por um artigo acadêmico. Disse o que precisava ser dito em um momento em que ninguém mais estava dizendo.”

Em tom pessoal, o professor N.T.Wright registra o seguinte: “Embora eu não visse seu lado pastoral ou eclesiástico em ação, o que se dizia entre as pessoas em Durham era que ele odiava pompa e cerimônia eclesial, incluindo o uso de capuzes acadêmicos na igreja; que ele ia regular e voluntariamente à prisão de Durham no início da manhã para conhecer os homens que estavam sendo postos em liberdade e convidá-los para tomar uma xícara de chá e ver se poderia lhes auxiliar com ajuda prática; e que o professor Cranfield se esforçou para ser gentil e útil para seus alunos. (Barth, é claro, tinha sido um visitante regular e, de fato, pregador na prisão de Basileia; sem dúvida Cranfield, agindo por seus próprios instintos e preocupações pastorais, estava ciente desse exemplo.)” Wright declara ainda: “Em uma tarde memorável, durante uma conferência em Durham, fui a uma reunião na casa dos Cranfield e me vi tomando chá entre esse grande homem e C. K. Barrett. Senti-me como um cachorrinho sentado entre um elefante e um rinoceronte. Esses eram homens que, apesar de todas as suas diferenças, mostraram à próxima geração como era manter uma grande erudição e uma profunda fé e compromisso pessoais.”

A presente tradução se baseia na obra **The Bible and Christian Life**, T & T Clark Edition. Edinburgh, 1985. A permissão para a publicação dessa tradução em língua portuguesa foi gentilmente concedida pelos editores nos seguintes termos: © C. E. B. Cranfield, 1985, **The Bible and Christian Life**; **IV. The Christian's Political Responsibility According to the New Testament**. AT & T Clark Edition, 1985, an imprint of Bloomsbury Publishing Plc. Cabe à sra. Claire Weatherhead a responsabilidade de intermediar a solicitação junto à Bloomsbury Publishing, ajuda pela qual somos muito gratos.